



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 28 de março de 2023

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 28 de março de 2023

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Carlos Roberto Lupi SE/MPS – Wolney Queiroz Maciel SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca INSS – Glauco Andre Fonseca Wanburg INSS – Andre Paulo Felix Fidelis CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Odair Antonio Bartoloso UGT – Natal Léo CUT – Ariovaldo de Camargo CONTAG – Evandro José Morello
Representantes dos Aposentados e Pensionistas SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa CSB – Bartolomeu Evangelista de França COBAP – Obede Muniz Teodoro SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti CONTAG – Edjane Rodrigues Silva	Representantes dos Empregadores CNF – Rafael Baldi da Silva CNC – Helio Queiroz da Silva CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Carlos Lupi** abriu a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) cumprimentou a todos(as) e anunciou a recondução da Conselheira Tonia Andrea Inocentini Galletti, como membro titular, representante do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical (SINDNAPI/FS). Com a palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** recordou que foram criados dois grupos de trabalhos na última reunião, um dedicado a avaliar a composição e as competências do CNPS, e outro para tratar sobre cartão de crédito e cartão de crédito de benefício. Definiu como data limite para as indicações das entidades interessadas em compor os grupos o dia 5 de abril. O **Sr. Evandro Morello** rememorou que havia sugerido a inclusão da discussão sobre endividamento dos aposentados e pensionistas no Grupo sobre cartão de crédito e cartão de crédito de benefício e destacou a importância de trabalhar o tema. O **Sr. Presidente** reafirmou a necessidade de inclusão do tema no escopo do Grupo e solicitou que o tema fosse incorporado. Complementando, o **Sr. Adroaldo Portal** esclareceu que o propósito do Grupo de Trabalho sobre o cartão de crédito e cartão de crédito de benefício era justamente o de oportunizar o tratamento de forma ampla dessas duas ferramentas potencialmente geradoras de endividamento grave, e esclareceu que o tema já se encontrava previsto para tratamento nos debates a serem desenvolvidos. O **Sr. Presidente** sugeriu que fosse realizado alguma espécie de informe sobre algumas das decisões tomadas pelo Governo, inclusive, sobre o assunto. O **Sr. Natal Léo** e o **Sr. Helio Queiroz** sinalizaram a participação da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT (SINDIAPI) e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), respectivamente, nos dois GTs. De posse da palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** explicou que, em princípio, as reuniões dos grupos de trabalhos seriam virtuais, o que não impediria a realização de reuniões híbridas, caso fosse possível.

II – ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** instou o único ponto de pauta: Crédito Consignado, e concedeu a palavra ao **Sr. Rafael Baldi**, que apresentou a nova proposta elaborada pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC) para o teto de juros em relação ao consignado do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O conselheiro apresentou as taxas de forma estratificada por participante do Banco Central do Brasil (BACEN), na carteira ativa do empréstimo consignado do INSS e destacou que a grande maioria das instituições que operavam com taxas inferiores a 2% a.m. apresentavam uma carteira inexpressiva e um *market share* de 18,9%. Explicou que os bancos cooperativos possuem como vantagens frente às Instituições Financeiras (IFs), a inexistência de alíquota de Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) e de compulsórios, além de salários e jornada de trabalho diferenciados, o que possibilitava a prática de taxas mais competitivas. Apresentou o *ranking* BACEN das IFs com contratos ativos em ordem de participação, demonstrando que grande parte das IFs com maior *share* de contratos ativos praticavam taxa média próxima ao teto vigente; bem como apresentou o *ranking* de taxas por IF que trabalhavam com o crédito consignado entre o período de 28 de fevereiro a 06 de março de 2023, apontando uma estimativa de redução da oferta de acordo com o teto a ser estabelecido pelo Conselho, sendo que para um teto de 2,06%, não se verificavam impactos na concessão do produto; já para um teto de 2,03%, a estimativa era de uma queda de 16% na concessão; para um teto de 2,00%, a estimativa era uma

35 queda de 28%; para 1,95%, a estimativa de queda era de 57%; para 1,90%, a estimativa era de 82%; e para 1,85%, a
36 estimativa era de 96%. Explanou que a quantidade de operações de 2022 foi de 14,1 milhões e que o valor total de
37 concessões para o Consignado INSS e Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) foi de R\$ 81,4 bilhões, sendo os
38 relativos apenas ao INSS, R\$ 56,1 bilhões. Apresentou relação estimativa de impacto na concessão, conforme o teto a ser
39 fixado, a partir da quantidade de operações e valores que deixariam de ser gerados, destacando que, para um teto de
40 2,00%, estimava-se uma queda de 1,7 milhões de operações com negativados e de 2,3 milhões com não negativados, e
41 uma redução no volume financeiro de R\$ 15,7 bilhões. Citou que, na ausência do consignado, o beneficiário recorreria a
42 opções de crédito pessoal menos vantajosas e apresentando a estimativa dos valores das parcelas e dos juros para um
43 empréstimo no valor de R\$ 5 mil, para pagamento em 12 meses, para o qual, com o consignado INSS, a parcela seria de
44 R\$ 475,00 e os juros seriam de R\$ 695,00 (a uma taxa de 2,06%); e já para o Crédito Pessoal, a parcela seria de R\$ 571,00
45 e juros de R\$ 1.858,00 (a uma taxa de 5,23%), sendo que, para um Negativado, a parcela seria de R\$ 1.128,00 e os juros
46 de R\$ 8.541,00 (a uma taxa de 20,05%). Em seguida, demonstrou o impacto da suspensão da operação pelos bancos,
47 segundo dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), após a fixação do novo teto
48 de 1,70%, destacando que, anteriormente a média de era 57 mil operações por dia, e que após o novo teto houve uma
49 redução de 95% nas novas contratações. Aberto o espaço para debates, o **Sr. Obede Teodoro** questionou qual seria o
50 percentual recebido pelos representantes bancários a cada empréstimo consignado contratado e, em resposta, o **Sr. Alex**
51 **Sander Gonçalves** informou que eram recebidos cerca de 9%. Não havendo mais manifestações, o **Sr. Presidente**
52 desculpou-se perante os representantes do CNPS, reconhecendo que, embora pessoalmente acreditasse na decisão
53 expedida pelo Conselho na reunião anterior, os efeitos causados no mercado não corresponderam às suas expectativas
54 quanto à redução da taxa de juros e quanto ao Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) manterem-se no
55 mercado do empréstimo consignado, o que não se efetivou e causou uma grande dificuldade operacional. Informou que
56 foi instituído um Grupo Governamental para tratamento do tema, no qual participam o Ministério da Fazenda, o BB, a
57 CEF, representantes dos trabalhadores e dos consumidores, para análise e apresentação de proposta referente ao futuro
58 do empréstimo consignado, a partir do aprofundamento nos debates, não só sobre esse tema, mas também sobre o
59 rotativo do cartão. Relatou que a CEF e o BB realizaram uma série de estudos em relação ao teto anterior, demonstrando
60 que: 70% das IFs estavam operando com taxas acima de 2,00%; 1,85% operavam com taxa de 1,85%; 1,90% operavam
61 com taxa de 1,95%; 1,95% operavam com taxa abaixo de 2%. Externou preocupação com os negativados que, diante da
62 dificuldade de realizar operação com as IFs, acabam se vendo obrigados a procurar sistemas paralelos muito mais caros,
63 entrando, então, numa situação de alta vulnerabilidade. Destacou como dados importantes: (i) a movimentação de R\$
64 81,4 bilhões pelo INSS e BPC/LOAS, sendo R\$ 25,3 bilhões apenas pelo BPC/LOAS; (ii) a existência de 42% de tomadores
65 do consignado INSS negativados; (iii) o fato do BB e a CEF representarem apenas 11% das operações de empréstimo
66 consignado e não possuírem o *funding* necessário para contemplar a quantidade de empréstimos, caso permanecerem no
67 mercado sozinhos. Comunicou que, diante dessa situação, o Governo realizaria estudo sobre o empréstimo consignado e
68 que, ainda assim, naquele momento, a proposta oficial do Governo era de alterar o teto de 1,70%, para 1,97%,
69 esclarecendo que o assunto permanecia em estudo pelo Grupo Governamental e que seria debatido novamente na

70 próxima reunião do CNPS. Aberto o espaço para debates, o **Sr. Ariovaldo de Camargo** registrou que a retirada dos
71 representantes das IFs na reunião anterior, antes que finalizada, trouxe desconforto ao Conselho. Informou que a
72 representação dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas encaminhou, no dia anterior, ao Governo uma nova
73 proposta de taxas e questionou se os representantes das IFs teriam alguma nova proposta, para que, a partir do diálogo
74 sobre tais propostas e argumento, o Conselho pudesse decidir a questão. O **Sr. Natal Léo** manifestou que a atitude do
75 Ministro deu notoriedade e valorização ao CNPS. Com a palavra, o **Sr. José Tadeu da Costa** coadunou-se ao Conselheiro
76 Ariovaldo de Camargo, a respeito do desconforto percebido pelo Conselho, na última reunião, bem como sugeriu que se
77 oportunizasse novamente às IFs a exposição de eventual proposta, a fim de se buscar uma decisão acertada, que refletisse
78 a realidade do país. O **Sr. Helio Queiroz** parabenizou o Ministro pela sua manifestação, reconhecendo o grande líder que
79 o Ministro era, e registrou que, em seu entendimento, a decisão do Conselho foi acertada e apontou como erro o fato do
80 BACEN ter mantido a taxa SELIC em 13,75% há tanto tempo é que tem causado o desequilíbrio econômico observado pelo
81 país. Com a palavra, o **Sr. Rafael Baldi** desculpou-se pelo desconforto causado na reunião anterior, explicando que não
82 era a intenção do segmento e comprometeu-se, em nome da cadeira representada, a permanecer até o final nas reuniões
83 do Conselho, enquanto o integrarem. E informou que a nova proposta de teto seria de 1,99% para o empréstimo
84 consignado e de 2,91% para o cartão de crédito e cartão de crédito de benefício. O **Sr. Alex Sander Gonçalves** também se
85 desculpou e justificou que sua saída foi antecipada em razão do horário agendado, naquela ocasião, para o seu voo. O **Sr.**
86 **Presidente** apresentou, então, as três propostas a serem analisadas: a apresentada pela representação dos trabalhadores,
87 dos aposentados e pensionistas era de 1,90%; a apresentada pelo Governo, de 1,97%; e a proposta da representação das
88 IFs, de 1,99%. Com a palavra, o **Sr. Natal Léo** questionou sobre a possibilidade de paridade com a taxa de 1,80%, para o
89 empréstimo consignado concedido ao servidor público. O **Sr. Odair Bortoloso** questionou qual seria a proposta do Governo
90 para a taxa do cartão de crédito e cartão de crédito de benefício. Em resposta, o **Sr. Presidente** esclareceu que, a sugestão
91 seria manter a taxa já estabelecida na última reunião, que foi de 2,62%. O **Sr. Rafael Baldi** esclareceu que o segmento
92 orientava a aplicação da mesma redução de pontos percentuais aplicada ao empréstimo para os cartões e, dessa maneira,
93 a proposta do segmento seria de 2,91%. O **Sr. Paulo Roberto Pinto** relatou que a Secretaria do Regime Próprio e
94 Complementar do Ministério da Previdência Social (SRPC/MPS) constatou que a estratégia de captação de novos clientes
95 e a escolha do canal para comercialização de empréstimo impactavam diretamente no custo do empréstimo consignado
96 ofertado aos aposentados e pensionistas. Esclareceu que se havia bancos trabalhando com taxa média de 2,11 a 2,14%,
97 os custos defendidos pelas IFs refletiam, na verdade, a escolha pelo canal mais caro e menos eficiente de comercialização
98 do empréstimo, sendo que tal custo acabava sendo repassado ao aposentado. Pontuou, ainda, como fatores relevantes
99 relacionados à queda percebida na comercialização do produto: i) a propaganda massiva da imprensa, no sentido de que
100 o crédito estava suspenso; e ii) a interrupção da oferta de crédito por telefone. O **Sr. Glauco Wanburg** registrou que o
101 produto do consignado foi mal estimado, visto que era um produto caro, com venda pelo canal mais caro a pessoas
102 vulneráveis. Afirmou que em nenhum momento houve erro do Conselho, pois, na verdade, se trouxe à luz um grave
103 problema social de endividamento excessivo da população mais pobre do país, atendida pela Previdência Social. Observou
104 que o público dos aposentados e pensionistas não deixou de ser guarnecido com o produto, no período compreendido

entre a reunião antecedente e a presente, visto que 17 instituições bancárias cessaram a operação, porém, 10 ainda continuaram operando, realizando de 3 a 4 mil operações diárias, gerando o valor aproximado de R\$ 30 milhões. O **Sr. Presidente** registrou que o objetivo, em parte, foi alcançado, visto que deu destaque ao problema, inclusive, com a assunção do próprio Governo da sua responsabilidade e da responsabilidade dos bancos públicos de rediscutir o seu papel social. Na sequência, a reunião foi suspensa, para debate das propostas apresentadas pelas representações. Retomando a reunião, o **Sr. Presidente** relatou que, após o desenvolvimento dos debates, acordou-se que a temática relacionada ao cartão de crédito e ao cartão de crédito de benefício fosse discutida no Grupo de Trabalho a ser instituído, que em 60 dias deverá apresentar uma proposta ao Conselho; e submeteu ao Conselho a proposta consensualmente acordada de definição do teto das taxas apresentadas, de 1,97% para o empréstimo consignado e de 2,89% para o cartão de crédito e o cartão de crédito de benefício. Com a palavra, a **Sra. Tonia Galletti** reafirmou apoio ao Ministro, que teve a ousadia de enfrentar o sistema e observar a realidade dos aposentados e pensionistas que estavam endividados e totalmente desprovidos de proteção. Comentou, contudo, que a despeito dos motivos considerados pelo Governo na nova proposta, a oportunidade de alterar diretamente os juros que afetavam uma população bastante específica da sociedade foi negociada “a portas fechadas” e que o Conselho apenas validaria a proposta o que, em seu ponto de vista, não contribuía com a sociedade. Afirmou que seria necessária a reavaliação de um novo modelo e que as centrais sindicais, os sindicatos dos aposentados, as confederações e empresários possuem responsabilidade sobre o modelo que não estava funcionando. Rememorou o art. 1º da Constituição Federal, no que se referia à Dignidade da Pessoa Humana e citou, para reflexão, um pensamento italiano: *"Um país, um estado, uma nação que não cuida de suas crianças e de seus velhos, é um país sem futuro"*. Pontuou que seriam necessários novos e mais dignos parâmetros para essa população vulnerável que, embora tenha a liberdade de realizar trocas por meio do dinheiro, não tem feito isso com dignidade, e afundando-se cada vez mais em dívidas. Por fim, informou a manutenção da proposta de 1,90% para o empréstimo consignado, apresentada pela representação dos aposentados e pensionistas. O **Sr. Presidente** registrou que, a partir dessa data, firmava-se o compromisso público de aprofundamento da discussão do papel do consignado e dos bancos públicos. Pontuou que, embora se estivesse recuando, neste primeiro momento, futuramente se poderia alcançar a vitória sobre a questão. Salientou que os 37.558 milhões de aposentados e pensionistas do INSS eram responsáveis pela manutenção de 60% das cidades brasileiras e destacou que, pela primeira vez, estavam conseguindo discutir o assunto com alguma altivez. Com a palavra, o **Sr. Evandro Morello** destacou que o crédito consignado foi uma das mais belas políticas pensadas de inclusão e acesso a crédito. Observou que o Sistema Financeiro teria uma grande corresponsabilidade por não ter tomado providências estratégicas quanto ao oferecimento abusivo e criminoso do produto e que, de fato, poderia haver uma parcela de aposentados e pensionistas que procurou o crédito e não encontrou, nesse período entre as duas últimas reuniões do CNPS, mas também muitos desse público se sentiram aliviados por não terem essa possibilidade. Registrou como condição de aprovação da proposta apresentada, que o tema deve ser rediscutido em 60 dias, destacando que o entendimento de sua representação era no sentido de que a taxa deve ser reduzida. O **Sr. Ariovaldo de Camargo** manifestou que a orientação dos Sindicados de Aposentados da Central Única dos Trabalhadores (CUT) era no sentido de que acompanhassem a proposta apresentada, de taxa de 1,97%. Sugeriu que o GT estudasse uma forma de se aplicar a

140 revisão dessas taxas mais automaticamente, evitando-se que o tema fosse objeto de discussão a cada oscilação de
141 mercado. Questionou também como as IFs obtêm os dados dos aposentados, possibilitando o assédio massivo que a
142 categoria tem enfrentado na oferta de empréstimos e na aplicação de golpes com tanta frequência. E requereu que se
143 buscasse a possibilidade de bloquear o acesso a informações pessoais e que o Governo pudesse divulgar nos meios de
144 comunicações oficiais e nas estruturas dos sindicatos as melhores taxas praticadas no mercado. Diante da explanação, o
145 **Sr. Presidente** sugeriu a criação de um canal de denúncias para os beneficiários pelo INSS, a partir do qual poderiam ser
146 identificados os crimes e, assim, coibi-los. O **Sr. Glauco Wanburg** informou que o INSS já recebia denúncias e estava
147 desenvolvendo uma ferramenta para divulgação das taxas de juros praticadas por meio do Aplicativo “Meu INSS”. Sugeriu
148 que o Grupo de Trabalho também verificasse a possibilidade de criação de um código de ética ou de integridade das
149 instituições que operam no mercado, para que pudessem ser punidas e, eventualmente, banidas do sistema. Com a
150 palavra, o **Sr. Wolney Queiroz** homenageou o Ministro pela sua coragem e ousadia e pelo seu compromisso com os seus
151 nobres ideais. Comentou que não havia o que se falar em erro, na aprovação do teto das taxas na reunião anterior, uma
152 vez que se observou, na verdade, um saldo positivo para o Conselho, diante do reconhecimento da necessidade de
153 destaque ao tema. Arrazouou que, durante as discussões, ficaram evidentes três necessidades, que poderiam ser mais bem
154 exploradas pelo GT: i) o estabelecimento de uma política de educação financeira para os beneficiários, ii) a elaboração de
155 um manual de boas práticas para os operadores do sistema e iii) a criação de um sistema contra fraudes. O **Sr. Odair**
156 **Bortoloso** relatou sobre os recorrentes casos de abuso na oferta dos empréstimos aos aposentados e sugeriu que o grupo
157 de trabalho trabalhasse também o tema. De posse da palavra, o **Sr. Bartolomeu França** refletiu que o desdenho dado às
158 Centrais e aos Sindicatos dos Aposentados na reunião anterior estava se repetindo, uma vez que sequer se oportunizou a
159 discussão sobre a proposta por eles apresentada, e antes mesmo de se iniciar a reunião, a imprensa já estava divulgando
160 que o Presidente Lula já havia definido a taxa em 1,97%. O **Sr. Presidente** esclareceu que a imprensa havia divulgado que
161 o Presidente Lula estava propondo a taxa de 1,97%. Continuando sua explanação, o **Sr. Bartolomeu França** solicitou que
162 o Ministro fosse interlocutor na realização de uma reunião com o Presidente Lula e a equipe econômica, para resgate do
163 debate realizado durante o processo de eleição para o segundo turno. E, por fim, reconhecendo a seriedade dos trabalhos
164 desenvolvidos pelo Ministro, informou que sua representação acompanhava a proposta final apresentada pelo Governo.
165 O **Sr. Rafael Baldi** explicou que os dados apresentados demonstravam que o patamar de taxa discutida ocasionaria uma
166 pressão muito forte na oferta do produto, especialmente, em decorrência do custo de captação e questionou se a proposta
167 apresentada sobre o empréstimo consignado, no teto de 1,97%, estaria condicionada à proposta de 2,89% para o Cartão
168 de Crédito e ao Cartão de Crédito de Benefício. Confirmadas as propostas, o conselheiro questionou se haveria a
169 possibilidade de se manter em posição de neutralidade em seu voto, uma vez que não desejavam comprometer a posição
170 do Governo e que, por questões técnicas, também não seria possível aceitar o teto inferior ao que propuseram. Ressaltou
171 que a FEBRABAN não pactuava com as fraudes e assédios mencionados. Sugeriu que o grupo de trabalho revisse a
172 referência estabelecida para reajuste do teto das operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário de
173 Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 16,10%, por considerar que esse não correspondia ao custo da
174 captação das IFs. O **Sr. Obede Teodoro** rememorou que o Grupo de Trabalho discutiria também o fim dos juros rotativos

e a alta comissão paga para os correspondentes e o **Sr. Natal Léo** destacou a necessidade de diálogo com os bancos públicos. O **Sr. José Tadeu Costa** sugeriu que fosse realizada discussão tripartite entre os representantes das IFs, representantes dos trabalhadores e o Governo Federal, para que se houvesse uma maior redução dos custos e o consequente repasse aos aposentados e pensionistas, no empréstimo consignado. Finalizadas as manifestações, o **Sr. Presidente** colocou em votação a proposta de teto de 1,97% para o empréstimo consignado e de 2,89% para o cartão de crédito e ao cartão de crédito de benefício, que foi aprovada pela maioria dos(as) conselheiros(as) presentes, com 11 votos favoráveis, 1 contra, pela representação dos aposentados e pensionista (SINDNAPI/FS), e 3 abstenções da bancada dos empregadores. O **Sr. Adroaldo Portal** informou sobre a sua participação, juntamente com o Sr. Wolney Queiroz, o Sr. Glauco Wanburg, e o Sr. Gabriel Galípolo, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, em discussões técnicas que auxiliaram outras Pastas a definirem suas conclusões e observou que os acontecimentos, que se iniciaram com a votação do dia 13 de março e se finalizaram neste dia, provam que o teto de juros para o empréstimo consignado do INSS deve existir como algum grau de regulação do mercado. Destacou que nas três últimas semanas, a posição da FEBRABAN foi flexibilizada, e que a função do teto não deve ser tão flexível, ao ponto de não causar qualquer desconforto no mercado, mas deve provocar a concorrência e a oferta de taxas melhores.

III – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.